

AS RAÍZES FILOSÓFICAS E OS PRIMEIROS CONTORNOS DA TEORIA DO DISCURSO DE ERNESTO LACLAU

KAMILA LIMA DO NASCIMENTO

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar os elementos mais gerais concernentes à teoria do discurso do teórico político argentino Ernesto Laclau. Trata-se de um novo modelo explicativo para o social que intenta superar os desafios das sociedades contemporâneas e substituir os paradigmas essencialistas anteriores. A importância deste autor tem crescido mundialmente, mas a complexidade de seu pensamento tem sido ainda um grande desafio para sua “popularização”. Nosso objetivo é apresentar a teoria deste autor e também os pressupostos teóricos do qual ele partiu para empreender sua análise de

modo sucinto e didático, porém conservando toda a complexidade inerente a ela. Na primeira seção abordaremos as dimensões do pós-estruturalismo para mostrar as consequências teóricas da adoção desta escola feita pelo autor. Na segunda seção será apresentada a crítica de Laclau à escola marxista e sua tarefa de reativação de algumas das categorias e conceitos dessa corrente, ou aquilo que conhecemos por pós-marxismo. Por fim, trataremos de apresentar a teoria laclauiana e os conceitos e categorias mais importantes e indispensáveis à sua compreensão.

PALAVRAS - CHAVE

Ernesto Laclau, Teoria do discurso, pós-estruturalismo, pós-marxismo.

THE PHILOSOPHICAL ROOTS AND FIRST OUTLINES OF ERNESTO LACLAU'S DISCOURSE THEORY

ABSTRACT

This article aims to present the main elements concerning the discourse theory of the Argentine political theorist Ernesto Laclau. It is a new explanatory model for the social that tries to overcome the challenges of contemporary societies and replace the previous essentialist paradigms. The importance of this author has been growing worldwide, but the complexity of his thought has still been a great challenge for his "popularization". Our goal is to present the theory of the author and also the theoretical assumptions which he set out to undertake its analysis in a brief and didactic way, but keeping all the complexity inherent in it. The first section will cover the dimensions of the post-structuralism to show the theoretical consequences of the adoption of this school by the author. The second section will be presented Laclau's criticism against Marxist school and its task of reactivating some of the categories and concepts from it, or what we know as post-Marxism. Finally, we will present the laclauian theory and the most important concepts and categories that are essential to understanding it.

KEYWORDS

Ernesto Laclau, discourse theory, post-structuralism, post-Marxism.

SOBRE OS AUTORES

KAMILA LIMA DO NASCIMENTO

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas, Mestre em Ciência Política na mesma instituição. Possui interesse nas áreas de Teoria Política, Psicanálise e Filosofia Política. Participou recentemente do programa Líderes Emergentes das Américas, programa oferecido pelo governo canadense que oportuniza intercâmbio de pesquisa acadêmica no Canadá.

SUBMETIDO EM

Fevereiro de 2016

APROVADO EM

Maior de 2016

1 - INTRODUÇÃO

Ernesto Laclau foi um teórico político argentino, professor emérito na Universidade de Essex, Inglaterra e fundador da escola de análise do discurso nessa mesma universidade. Apesar da sua pouca utilização no Brasil o autor que faleceu em 2014, é considerado como um dos mais proeminentes no campo da teoria política e já teve sua obra traduzida em mais de 20 idiomas. A teoria do discurso proposta por ele, propõe um novo modelo explicativo para o social através de dois movimentos concomitantes. De uma parte, através da utilização de ferramentas oriundas da tradição teórico-filosófica de matriz pós-estruturalista e, de outra, pela crítica ao marxismo, escola a qual o autor tem sua origem teórica.

Nosso trabalho objetiva apresentar o projeto Laclauniano, suas categorias, conceitos, e suas possibilidades como novo paradigma teórico. Na primeira sessão abordaremos a adoção pelo autor dos pressupostos teóricos da corrente pós-estruturalista e dos preceitos da análise do discurso e mostrar as consequências dessa escolha. Isto, porque a incompreensão de uma teoria ocorre muitas vezes pela não compreensão do lugar de onde o autor parte para desenvolver suas ideias. Na segunda sessão será apresentada a crítica do autor à escola marxista e sua tarefa de reativação de algumas das categorias e conceitos dessa corrente, ou aquilo que conhecemos por pós-marxismo. Na terceira sessão serão apresentados os principais conceitos e categorias da teoria laclauniana, ou teoria do discurso.

1.1 - PÓS-ESTRUTURALISMO E ANÁLISE DO DISCURSO

Nesta primeira parte de nosso trabalho apresentaremos as ferramentas teóricas e analíticas escolhidas por Ernesto Laclau para iluminar sua análise. Uma série de teorias e autores orienta o pensamento de Laclau que vão da filosofia à psicanálise, mas o conjunto analítico mais destacado é aquele advindo da corrente teórica filosófica pós-estruturalista, especialmente a vertente da análise do discurso, e será sobre este que nos debruçaremos, pois conhecê-las é requisito essencial para a compreensão da teoria do autor.

O pós-estruturalismo é o termo acadêmico genérico utilizado para referir-se ao conjunto de autores ou teorias que tentam suceder ao paradigma estruturalista apontando suas inconsistências. Trata-se da desconstrução promovida por pensadores diversos contra todos os paradigmas essencialistas, mas especialmente, contra a escola estruturalista. Por essa razão, conhecer este paradigma exige de nós um conhecimento anterior, é preciso voltar um passo atrás e conhecer o paradigma que ele critica, o estruturalismo, para só então descobri-lo.

Em primeiro lugar, é importante dizer que o que chamamos estruturalismo abrange toda uma corrente de pensamento e, dessa forma, comporta diversas vertentes cada qual com suas peculiaridades. Na impossibilidade de esgotar todas as construções que poderiam ser caracterizadas como estruturalistas, para este trabalho convém explicitar apenas seu núcleo principal e os elementos mais fundamentais para as ciências sociais. Foi Claude Lévi-Strauss quem popularizou o estruturalismo de Ferdinand de Saussure na antropologia, aplicando este processo ao estudo das estruturas do parentesco (1949) e, sobretudo, à análise dos mitos (1955). A ideia básica de Saussure era de que a língua se constituía num *sistema* autônomo em que os códigos e regras precedem e determinam as práticas (a fala). Dessa forma, enquanto a fala era um ato individual e podia ser atualizada pelo indivíduo, a língua tendia a conservar-se inalterada. Essa é a mesma lógica que Lévi-Strauss transpôs

para a antropologia estrutural. A língua correspondia à estrutura social, entendida como sistema autônomo que tende a se conservar através de regras e códigos, apesar das mudanças históricas e individuais, enquanto a fala era a representação do sujeito que está, portanto, submetido a regras e age de acordo com elas. (MENDONÇA e RODRIGUES, 2008).

A submissão do sujeito às estruturas é uma das principais características do estruturalismo e uma das razões para seu grande sucesso. As ciências humanas, desde seus primórdios, reviravam-se em provar sua cientificidade frente às ciências naturais e o sujeito sempre foi o maior obstáculo a esse propósito. Dessa forma, o estruturalismo “maneja o determinismo e a objetivação excluindo o sujeito, demasiado aleatório, e a história demasiado contingente, em proveito de um modelo tão rigoroso quanto às ciências da natureza: a linguística estrutural.” (DOSSE, 1993, p. 193) Ao excluir o sujeito, o estruturalismo colocou em xeque dois outros paradigmas para os quais o sujeito era condição de existência, o humanismo e o marxismo. Claro que isto não significa a declaração de óbito dessas teorias, mas o acirramento da rivalidade pelo centro explicativo do social, ou para definir o seu verdadeiro fundamento.

Contudo, se o estruturalismo foi, de certa forma, uma resposta crítica ao humanismo e ao marxismo, ele, no entanto, partilhou com seus rivais das mesmas dificuldades que mais tarde a corrente pós-estruturalista tentaria superar: a ideia de um centro ou fundamento. No primeiro caso, para o paradigma humanista, o homem substituiu a centralidade de Deus. O sujeito autocentrado faz-se a si mesmo e constrói o mundo a partir de suas necessidades, tendo liberdade para criar. Ele é o próprio centro da existência humana. No marxismo, este sujeito não é um sujeito individual, mas o portador de um papel histórico universal, aquele que teria a missão de emancipar a classe operária da opressão do capitalismo, o que pressupunha o apagamento de todas as outras identidades sociais para fabricar um sujeito total. Já no estruturalismo, o sujeito está subjulgado pelas estruturas que substituem a centralidade daquele e totalizam o social.

Em todos os casos, buscava-se encontrar o elemento ou o conjunto de elementos (regras e códigos), que pudesse ser identificado como aquele que totaliza, conserva, estrutura e significa uma sociedade, seu centro organizador, seu fundamento. No cristianismo, Deus. Para o humanismo, o homem. No marxismo, a classe universal operária. No estruturalismo, as estruturas. Diferentes respostas para a mesma pergunta. Substituição de centro a centro, de uma estrutura a outra sem que a ideia mesma do fundamento fosse abalada.

O grande sucesso estruturalista foi também efêmero. Como num movimento de implosão, os autores desta escola passaram a criticar seus próprios fundamentos, criando o que genericamente convencionou-se chamar de pós-estruturalismo. Esta virada teórica marca uma importante crise de paradigmas das ciências sociais e ocorreu em meio às turbulências da década de 1960. Na América Latina, assistíamos à proliferação de regimes militares envolvendo praticamente todos os países da região, numa verdadeira guerra anticomunista apoiada pelos Estados Unidos. Na Europa, multiplicavam-se as manifestações e novos movimentos sociais de proteção aos mais diversos direitos, tais como os direitos das mulheres, das minorias étnicas, das lutas ecológicas entre outras. No continente africano, diversos países conquistaram suas independências nesse período. Na França, em maio de 1968, instalou-se uma greve geral, considerada como o marco de nascimento do pós-estruturalismo. (MENDONÇA e RODRIGUES, 2008). Estas circunstâncias no campo do social teriam levado os estruturalistas a refletirem sobre a validade de seus pressupostos, afinal os sujeitos que eles negavam existir haviam tomado as ruas.

Toda uma série de novos fenômenos positivos subjaz às mutações que tornaram a tarefa de reavaliação teórica tão urgente: o surgimento do novo feminismo; os

movimentos de protesto de minorias étnicas, nacionais e sexuais; as lutas ecológicas anti-institucionais empreendidas por camadas marginalizadas da população; o movimento antinuclear; as formas atípicas de luta social em países da periferia capitalista - todas estas implicam uma expansão da conflitividade social a um conjunto mais amplo de áreas, criando o potencial, e não mais do que isso, para um avanço rumo a sociedades mais livres, democráticas e igualitárias. (LACLAU & MOUFFE, 2015, p.51)

A crise teórica advinda de transformações tão abruptas e inesperadas é tão importante que poderia também ser chamada de crise do fundamento social. Ela marca toda uma série de críticas proferidas não apenas contra o estruturalismo, mas contra todas as demais teorias essencialistas, partes do universo chamado fundacionalismo. É preciso destacar que a semente da desconstrução da ideia do fundamento já se encontrava presente na crítica nietzschiana da metafísica, assim como na crítica freudiana da presença e na destruição heideggeriana da metafísica. (DERRIDA, 2002) Mas é a partir da crise teórica a qual nos referimos, e do advento do pós-estruturalismo, que o trabalho desconstrucionista ganhou impulso.

O pós-estruturalismo deve ser entendido como uma “constante interrogação das figuras metafísicas fundacionais, tais como a totalidade, a universalidade, a essência e o fundamento” (MARCHART, 2007:2). Esta corrente não se confunde com o anti-fundacionalismo, pois esta última é a rejeição total a ideia de qualquer fundamento social e leva-nos ao seu oposto, ao relativismo, ou seja, à ideia de que todas e quaisquer crenças têm o mesmo valor. (MARCHART, 2007).

No caso do pós-estruturalismo, embora não possa reduzir esta vertente de pensamento a um todo homogêneo, o que seus autores têm em comum é a rejeição ao fundamento último do social, entendido como centro organizador das relações humanas, e a aceitação de sua contingência histórica. O que se nega, portanto, não é que existam estruturas que dão o sentido de ordem ao campo do social. O que se rejeita é que essas estruturas sejam verdades *ex nihilo*, ou seja, que elas existam desde sempre como se o social fosse mera repetição. O que se procura mostrar é que as estruturas sociais como as que conhecemos são sedimentações parciais e precárias, historicamente construídas.

O problema está, portanto, colocado não em termos de nenhuma fundação (a lógica do tudo ou nada), mas em termos de fundamentos contingentes. (...) O que se torna problemático, como resultado, não é a existência de fundações (no plural), mas seu status ontológico - o que é visto agora como necessariamente contingente. (MARCHART, 2007: 14)

Ao contrário do paradigma estruturalista, que preconiza que os códigos e as regras sociais estruturam e totalizam os indivíduos de forma inescapável, no pós-estruturalismo esta não é uma realidade pétrea, mas apenas um efeito da estrutura que esconde a sua real contingência. Dessa forma, se *totalidade* é o termo-chave para compreender o estruturalismo, *contingência* é o correspondente para compreender o pós-estruturalismo. Se para o estruturalismo o fundamento é uma necessidade, no pós-estruturalismo a única necessidade é a própria contingência (historicamente dada).

A impossibilidade de tal fundamento é a condição necessária da possibilidade de fundamentos - no plural - da mesma forma que a contingência pertencente a “fundamentos contingentes” é uma contingência necessária. Dessa forma, “contingência” torna-se o termo operacional, cuja função é a de indicar com precisão esta impossibilidade necessária de um fundamento último. (MARCHART, 2007: 25)

Podemos então resumir o paradigma pós-estruturalista como uma postura teórico-metodológica, ou um ponto de partida alternativo, em que a aceitação da contingência do social e a rejeição do fundamento último são as ideias mais fundamentais. Desse quadro geral Laclau adotou uma variedade de elementos advindos de diversos autores e correntes com destaque para os pressupostos advindos da análise do discurso e especialmente a vertente ligada à psicanálise.

A análise do discurso se originou no campo da lingüística, mas não se limita a fenômenos relativos às áreas da fala e da escrita, mas privilegia especialmente a função e o processo da língua no contexto imperativo e social dos sujeitos, considerando a linguagem como uma prática social. O discurso, resultado da prática discursiva, por sua vez, também não se restringe a estrutura ordenada de palavras, mas é a expressão de um sujeito no mundo que explícita sua identidade. (CHIZZOTTI, 2006: 114-120).

De um modo geral as diferentes abordagens da análise do discurso possuem em comum o acolhimento da dimensão simbólica como parte das construções sociais e a abordagem adotada por Laclau é especialmente influenciada por aspectos da psicanálise de Freud e Lacan. Parte-se do pressuposto de que os sujeitos ao entrarem no mundo da linguagem alienam-se. Não o tipo de alienação como aquela pensada pelo marxismo da qual poderíamos um dia nos livrar-mos. “Não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. (...) A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar”. (ORLANDI, 2001: p.9)

Isso não quer dizer que estamos inteiramente determinados pela linguagem, pois o processo de significação é aberto. “A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente”. (ORLANDI, 2001: 52) Etimologicamente a palavra discurso tem em si a ideia de curso, de movimento. Dizer que o sujeito está alienado não significa sua prisão, mas apenas que ele “significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva”. (ORLANDI, 2001: 52) Não estamos completamente determinados, muito menos estamos inteiramente livres. Dessa forma, sujeitos e linguagem estão sempre em relação. Somos marcados pela falta porque a linguagem também é.

Pela natureza incompleta do sujeito, dos sentidos, da linguagem (do simbólico), ainda que todo sentido se filie a uma rede de constituição, ele pode ser deslocamento nessa rede. Entretanto, há também injunções à estabilização, bloqueando o movimento significante. Nesse caso, o sentido não flui e o sujeito não se desloca. Ao invés de fazer lugar para fazer sentido, ele é pego pelos lugares (dizeres) já estabelecidos, num imaginário em que a sua memória não reverbera. Estaciona. Só repete. (ORLANDI, 2001: 54)

Essa relação determinação/indeterminação é compatível com o que falamos há pouco sobre os pressupostos pós-estruturalistas. Para esta perspectiva, não somos completamente determinados, não temos uma identidade definitiva nem mesmo um plano de emancipação definitiva de um sujeito auto-consciente. Mas também não somos completamente livres de determinações, as estruturas existem e nos estruturam ainda de que modo parcial e precário. A análise do discurso da mesma forma trabalha continuamente a articulação entre estrutura e o acontecimento. Recusa a fixação final e também a liberdade em ato. Dessa perspectiva somos “sujeitos, ao mesmo tempo, a língua e a história, ao estabilizado e ao irrealizado, os homens e os sentidos fazem seus percursos, mantêm a linha, se detêm junto às margens, ultrapassam os limites, transbordam, refluem”. (ORLANDI, 2001: 53)

É preciso ressaltar que os analistas do discurso não negam que existam objetos exteriores ao pensamento, “um terremoto ou a queda de um tijolo é um evento que certamente existe, no sentido de que ocorre aqui e agora, independente da minha vontade”. (LACLAU & MOUFFE, 2015: 181) Porém, a interpretação sobre esses eventos, por exemplo, se serão significados como um “fenômeno natural” ou como “expressão da ira de Deus”, vai depender de como o social está simbolizado.

No caso específico da teoria de Laclau, o acolhimento da dimensão simbólica possui ainda dois aspectos específicos que são fundamentais: o seu caráter sobredeterminado e o seu caráter material. A sobredeterminação é um conceito tomado de empréstimo de Althusser que tem sua origem na psicanálise e representa um tipo “bastante preciso de fusão que envolve uma dimensão simbólica e uma pluralidade de significados”. (LACLAU & MOUFFE, 2015: 168) Uma fusão implica um processo no qual dois ou mais núcleos se unem para formar outro. No caso do discurso o plano material e simbólico são fundidos, e, portanto, impossível de serem identificados os significados separadamente. Isso quer dizer que “não há dois planos, um das essências e o outro das aparências, uma vez que não há possibilidade de fixar um sentido literal último em relação ao qual o simbólico seria um plano segundo e derivado de significação”. (LACLAU & MOUFFE, 2015: 169)

Neste sentido, Laclau afasta-se tanto das correntes da análise de discurso que considera existir no social um campo discursivo e um campo extra-discursivo separados, quanto da ideia marxista de falsa consciência já que não haveria sentido falar em outro mundo que nossa consciência deveria desvelar, nem um mundo não simbolizado que deveríamos descobrir, porque a não simbolização, o real, é uma dimensão inatingível. Conseqüentemente o autor parte da ideia de que não há nada no social que não esteja sobredeterminado, ou seja, todos os objetos, tudo aquilo que se dá nome, se concebe e se conhece, constitui-se numa ordem simbólica e logo que todas as práticas sociais são práticas significativas.

Nossa análise rejeita a distinção entre práticas discursivas e não discursivas. Afirmamos que: a) todo objeto é constituído como um objeto de discurso, na medida em que nenhum objeto é dado fora das suas condições de emergência; b) que qualquer distinção entre os usualmente chamados aspectos linguísticos ou comportamentais da prática social é, ou uma distinção incorreta, ou necessita achar seu lugar como diferenciação dentro da produção social de sentido, que é estruturada sob forma de totalidades discursivas (LACLAU & MOUFFE, 2015: 180).

De forma semelhante o caráter material do discurso também é resultado dessa fusão. Se material e simbólico são indissociáveis, visto que foram fundidos, não faz sentido falar em dois diferentes planos entre o que é dito e o que é feito, ou em uma dicotomia entre o ideal e o real. Quando falamos na materialidade, “estamos justamente nos referindo à forma material, ou seja, a forma encarnada, não abstrata nem empírica, onde não se separa forma e conteúdo: forma linguístico-histórica, significativa”. (ORLANDI, 2001, p.53) Laclau nos oferece um exemplo bastante interessante do caráter sobredeterminado e material de onde parte:

Suponhamos que estou construindo um muro com outro pedreiro. Num certo momento, peço ao meu companheiro que me passe um tijolo e logo ponho este no muro. O primeiro ato – pedir o tijolo – é lingüístico; o segundo – pôr o tijolo na parede – é extralingüístico. Ao estabelecer a distinção entre dois atos em termos da oposição lingüístico/extralingüístico esgota a realidade de ambos? Evidentemente não, porque apesar da diferenciação nestes termos, ambas as ações compartilham

algo que permite compará-las, que é o fato de que ambas são partes de uma operação total que é a construção da parede. Como caracterizamos então esta totalidade, a qual pedir o tijolo e pô-lo na parede são momentos parciais? Obviamente, se esta totalidade inclui elementos lingüísticos e extralingüísticos, ela deve ser anterior a esta distinção. Esta totalidade que inclui o lingüístico e o extralingüístico é o que chamamos de discurso. (LACLAU, 2000: 114)

Por fim há de se notar que para Laclau a linguagem é uma totalidade formada como sistema de diferenças que possui caráter relacional e em que todas as identidades sociais estão sempre em relação de concorrência e se constroem através da negatividade. Dessa forma, a palavra “mãe” só possui sentido dentro de um quadro relacional com outras figuras tais como “pai” e “filho”. O caráter da negatividade se mostra no fato de que ser “mãe” significa justamente não ser nem “pai” e nem “filho”.

Em suma, a análise discursiva adotada por Laclau compartilha diversos pressupostos pós-estruturalistas e pode ser considerada parte dele, pois ambos renunciam ao fundamento e ao essencialismo em favor de uma abordagem, contingente e relacional. Nas seções seguintes veremos todos esses aspectos referentes ao pós-estruturalismo e a análise do discurso aplicados à desconstrução e reativação da teoria de marxista empreendida pelo autor.

1.2 - PÓS-MARXISMO

Nesta parte de nosso artigo, apresentaremos o segundo movimento que Ernesto Laclau realizou para construir sua teoria, ou seja, a desconstrução e a reativação da teoria marxista. Esta havia sido a grande influência teórica do início da carreira do autor. Entretanto, segundo ele, as mudanças sociais e políticas ocorridas especialmente nas décadas de 1960 e 1970, havia tornado urgente à tarefa de revisão do marxismo, já que suas categorias já não conseguiam mais dar conta da complexidade das sociedades contemporâneas que revelaram um mundo infinitamente mais complexo do que aquele pensado por autores desta escola. Laclau então tomou o arcabouço teórico marxista e em seguida desconstruiu suas categorias tendo em vista os pressupostos da teoria pós-estruturalista, o que lhe rendeu o rótulo de pós-marxista.

Como seria impossível colocar de forma minuciosa as críticas do autor contra a escola marxista em tão poucas páginas, nós nos centraremos no ponto fundamental que devemos reter sobre esta crítica que é a questão do essencialismo e da cadeia de necessidade histórica proferida por Marx, inapropriada do ponto de vista pós-estruturalista e que constituem as principais limitações dessa escola, para Laclau. Como sabemos, para os pós-estruturalistas o curso da história nunca está dado e todas as sedimentações são não apenas parciais, mas contingentes. Logo, não é possível falar em um aspecto do social que determine finalmente todas as relações (condições materiais) e nem em uma sucessão de eventos e acontecimentos que se seguiria até uma revolução e a tomada do poder pela classe operária universal, rumo ao comunismo, como o faz a tradição iniciada por Marx. Aceitar a premissa de que “a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado” (MARX, 1975: 481) seria o mesmo que aceitar que há apenas uma solução fundamental e, portanto, negar a contingência histórica.

Diversos autores marxistas que deram continuidade ao legado de Marx perceberam que a sequência de fatos históricos previstos por ele havia se mostrado simplista demais para se realizar na sociedade contemporânea e promoveram a tarefa de adicionar conceitos e categorias que pudessem flexionar esta teoria e adaptá-la para realidades

mais complexas. Entretanto, não devemos confundir o trabalho realizado por autores reformistas contemporâneos da escola marxista com o trabalho de Laclau. Enquanto os primeiros tentaram salvar o legado de Marx, adicionando categorias àquela, para Laclau a questão era diferente: tratava-se de desconstruir a teoria marxista em seus fundamentos e, em seguida, à luz dos problemas contemporâneos, reativar suas categorias com o intuito de superá-la.

Dessa forma, o trabalho do autor não deve ser visto nem como uma reforma da teoria de Marx, pois reformar implicaria a manutenção de suas bases, que é justamente o que Laclau desconstrói, mas também não pode ser visto como um movimento anti-marxista de pura crítica, pois Laclau reativou inúmeras categorias desta escola procurando ir além desta. Logo, o termo pós-marxismo é o mais apropriado para falar do seu trabalho.

Dito isso, resta-nos agora mostrar os fundamentos desconstruídos por Laclau em seu pós-marxismo. Em primeiro lugar, o autor nega que as relações sociais se constituam a partir da divisão social do trabalho. Ele afirma que embora se possa dizer que as relações econômicas exerçam grande influência sobre as relações sociais, elas, no entanto, não as determinam e muito menos as predeterminam. Como sabemos para a perspectiva pós-estruturalista em que ele se apoia a única necessidade é a própria contingência, logo, a indeterminação.

Em segundo lugar, ele rejeita a ideia de que o antagonismo pode ser automaticamente deduzido das relações capitalistas. Isto por que as relações capitalistas, para ele, são relações entre categorias econômicas, apenas sustentadas por agentes sociais. Já o antagonismo é uma categoria política exterior à relação econômica e, por isso, só pode existir se a contradição entre o operário e o burguês ultrapasse a relação de simples compra e venda de trabalho. Ora, se um operário vende sua força de trabalho e ganha em troca um salário que o proporciona uma vida decente e acesso a bens de consumo ao qual ele se sente satisfeito, nenhum antagonismo pode ser extraído desta relação. Entretanto, se as condições sociais em que este trabalhador se encontra, (preços dos alimentos, moradia, segurança) são impossíveis de serem vividas devido aos níveis salariais que recebe, impedindo-o de viver dignamente e de se constituir enquanto trabalhador, então daí emerge a possibilidade do antagonismo. O que Laclau infere é que o antagonismo não é interno às relações de produção ou ao capitalismo, mas se estabelece entre as relações de produção e uma identidade que é externa a elas.

Concebidas como forma, as relações capitalistas de produção não são intrinsecamente antagonônicas. É preciso lembrar que as relações capitalistas de produção são relações entre *categorias econômicas* e que os atores sociais são simplesmente sustentadores delas. O operário não conta como pessoa concreta de carne e osso senão como vendedor da força de trabalho. Mostrar que as relações capitalistas de produção são *intrinsecamente* antagonônicas implicaria, portanto, demonstrar que o antagonismo surge *logicamente* de uma relação entre o comprador é o vendedor da força de trabalho. Mas isso é exatamente o que não se pode demonstrar. (...) porque é somente se o operário *resiste* a essa extração que a relação passa a ser antagonônica e não há nada na categoria de vendedor da força de trabalho que sugira que essa resistência é uma conclusão lógica. (LACLAU, 2000: 25)

Em terceiro lugar, Laclau recusa a cadeia de necessidade histórica marxista que levaria até a ditadura comunista. Ele afirma que toda a série prevista por Marx¹ poderia de fato

1 A teoria marxista preconiza que a luta de classes ativada pelo antagonismo conduziria necessariamente a um processo revolucionário, em que a classe operária universal se apropriaria dos meios de produção fundando, num primeiro estágio transitório uma ditadura do operariado, para em seguida transformar as

acontecer, mas somente como resultado de uma contingência histórica, jamais por uma necessidade apriorística. Não devemos subestimar a enorme importância dessa diferenciação. Dizer que algo pode acontecer, mas que não necessariamente irá acontecer é supor que há um trabalho a ser empreendido, é dizer que a luta não está ganha de saída e que, ao contrário, é preciso traçar estratégias, convocar para luta, ganhar batalha por batalha.

Em suma, Laclau abandona a ideia marxista de classe universal, sua ideia de sociedade, assim como o projeto emancipatório e a ideia de uma ditadura final do proletariado, todos incompatíveis com as ideias pós-estruturalistas. Isso não significa que ele abandona a tentativa de mudar radicalmente a ordem dominante do social, mas que aceita que para ganhá-la é preciso empreender uma luta num campo não predeterminado, o nome dessa luta é hegemonia. Na seção seguinte, mostraremos a reativação promovida por Laclau das categorias da teoria marxista que é a matéria prima de sua teoria do discurso.

1.3 - A TEORIA DO DISCURSO DE ERNESTO LACLAU²

A última seção deste artigo é dedicada a mostrar a reativação que Laclau promoveu das categorias da teoria marxista e também apresentar o seu projeto próprio, a teoria do discurso. Dentre as principais categorias que serviram de matéria prima para seu projeto estão às noções de hegemonia, antagonismo e deslocamento. Todas foram reativadas a partir dos pressupostos pós-estruturalistas que apresentamos na primeira seção. Além destas, Laclau desenvolve conceitos e categorias próprias, o que marca a autenticidade de seu modelo.

A noção de hegemonia é certamente a mais central da teoria do discurso e, por isso, será através dela que apresentaremos os elementos mais importantes concernentes ao trabalho de Laclau. A hegemonia é uma operação política de construção das estruturas sociais através da articulação de discursos. Ela explica como, a partir da desordem ou da dispersão, se formam as regularidades, as estruturas sociais e as identidades dos sujeitos. Para entender como isso funciona, devemos lembrar um pressuposto básico do pós-estruturalismo, ou seja, a fundamentação final da sociedade é uma impossibilidade. Nenhum discurso pode totalizar o social e dar-lhe uma significação final, pois todos os discursos sociais são sempre parciais e contingentes. Apesar dessa impossibilidade, algum tipo de ordem social é sempre requerida, pois um mundo sem um mínimo de regularidade na dispersão seria um mundo sem sentido algum e não é possível vivermos sem algum tipo de organização positiva da sociedade. Entre a impossibilidade e a necessidade encontramos a representação performativa que é o investimento radical em um objeto parcial que representará a plenitude ausente, ou justamente o que Laclau chama de hegemonia.

A melhor forma de explicá-la é mostrar o seu funcionamento a partir de um exemplo. Imaginemos uma situação de extrema desordem: a queda abrupta e radical de um governo, por exemplo. Em algum momento, algum tipo de ordem será requerida para que a administração do social seja possível. Várias propostas serão apresentadas como

bases da sociedade, de capitalista para comunista, em que as classes seriam por fim abolidas.

2 A obra basilar da teoria do discurso, *Hegemonia e Estratégia Socialista*, foi escrita em parceria com Chantal Mouffe com quem Laclau trabalhou de forma sistemática durante toda a sua carreira e que, segundo ele, contribuiu enormemente para seus trabalhos. Entretanto, após a publicação deste livro cada um dos autores dedicou-se a desenvolver diferentes trabalhos tendo Laclau se dedicado a desenvolver a teoria do discurso, enquanto Mouffe assumiu a tarefa de falar da democracia radical e agonística.

a melhor de todas para representar o espaço da ordem. Elas estão a princípio dispersas no que Laclau chama de campo da discursividade e são a rigor apenas particularidades. Em algum momento que não se pode determinar uma dessas propostas, que também é impossível prever *a priori*, emergirá e sem deixar de ser particular, tomará para si a tarefa de representar um universal compartilhado com as demais propostas iniciando uma operação de articulação equivalencial contra outras propostas a que lhes opõem. A proposta que conseguir agregar em torno de si mesma o maior número de outras propostas será considerada a mais hegemônica ou o discurso mais hegemônico. Ao representar a ordem (de forma precária e contingente) ela passará a ser considerada a própria ordem e irá estruturar o social e as identidades sociais.

Hegemonizar um conteúdo equivale, por conseguinte, fixar sua significação em torno de um ponto nodal. O campo do social pode ser visto assim como uma guerra de trincheiras em que diferentes projetos políticos pretendem articular em torno de si um maior número de significantes sociais (...). A necessidade e a “objetividade” do social depende do estabelecimento de uma hegemonia estável e os períodos de crise “orgânica” são aqueles em que se debilitam as articulações hegemônicas básicas. (LACLAU, 2000: 45)

A partir do exemplo acima, podemos fazer algumas inferências. Temos inicialmente uma situação de desordem, ou podemos simplesmente dizer que temos uma situação de dispersão do campo do discurso. A passagem da desordem para a ordem, embora necessária, não é automática; ocorre de modo absolutamente contingente. Sabemos que, a partir de um determinado momento, discursos antes dispersos podem vir a se unir iniciando uma operação de articulação uns com os outros e, dessa forma, dar origem a um discurso de ordem. Entretanto, não é possível prever *a priori* em que momento eles iniciarão o processo de articulação. Esse momento pode advir de um evento radical ou da falência progressiva de uma instituição política ou mesmo pela mudança de percepção no social quando relações de subordinação antes encobertas passam a serem vistas como situações de opressão que precisam ser combatidas.

A dimensão de indecidibilidade estrutural é a própria condição da hegemonia. Se a objetividade social, através de suas leis internas, determinasse qualquer que fossem os arranjos estruturais (como numa concepção puramente sociologista da sociedade), não haveria espaço para rearticulações hegemônicas – nem, na verdade, para a política como atividade autônoma. Para que haja hegemonia, o requisito é que os elementos cuja própria natureza não os predetermina a fazerem parte de um arranjo ou de outro, não obstante convirjam, em decorrência de uma prática externa ou articuladora. (LACLAU & MOUFFE, 2015: 39)

Também não é possível prever, qual discurso particular tomará a tarefa de representar os demais, transformando-se em no discurso hegemônico. O que sabemos é que ele se apresentará como a única possibilidade para a resolução da crise. Ele irá esconder sua própria particularidade e suas origens em favor de seu conteúdo universal metafórico. Em última análise, ele começa a significar não apenas uma única posição política literal, mas toda uma nova ordem social. Um discurso político que pretende se tornar hegemônico “oferece-se inicialmente como um mito”. (NORVAL 1996: 9 apud SMITH, 1988: 167) Isso não significa que ele de fato seja o “melhor” discurso. Na teoria laclauiana, a hegemonia não é alcançada por aqueles que possuem os melhores argumentos, ou por grupos moralmente melhores comparados a um conteúdo ético universal. Nada garante

que o discurso hegemônico seja melhor ou mais progressivo que seus concorrentes, pois a operação hegemônica não é valorativa ou moralmente mensurável, mas apenas uma guerra de forças entre grupos opostos. (SMITH, 1988: 184)

A contingência também se mostra no fato de que não podemos prever com antecedência quais discursos serão articulados na cadeia para formar um discurso hegemônico. O que podemos inferir é somente que este último deve necessariamente possuir um traço comum compartilhado com os demais elementos da articulação que gerará o sentimento de solidariedade que os unirão. Este elemento que todos os discursos da cadeia partilham é a oposição contra outro discurso concorrente, um discurso antagonônico. O antagonismo também reativado a partir da teoria marxista é a categoria da teoria lacaniana responsável pela motivação de uma articulação hegemônica, pois segundo Laclau um discurso é sempre dirigido a alguém. E se o antagonismo é responsável pela articulação hegemônica, ele é também responsável por constituir as estruturas e as identidades sociais.

O antagonismo, entretanto, não garante a manutenção da articulação hegemônica. O laço antagonônico é apenas um vago sentimento de solidariedade que precisa ser condensado em um nome que manterá os elementos da cadeia unidos. Esse nome deve ser entendido de forma muito precisa. Ele não apenas nomeia a cadeia, ele é um nome que é a própria cadeia. O laço que originalmente subordinava-se às particularidades passa a reagir sobre elas numa inversão do relacionamento³. Por isso, não estamos tratando de uma simples função de representação, mas de uma operação de sublimação que acarreta a substituição de um objeto ordinário pela Coisa, numa inversão do entendimento. “O objeto parcial torna-se em si mesmo uma totalidade; torna-se o princípio estruturante de toda a cena”. (LACLAU, 2013: 176) Em termos lacanianos, (de onde Laclau extrai essa explicação) o objeto é elevado à dignidade de Coisa.

O nome que engendra a unidade de uma formação discursiva não tem uma identidade positiva própria. Trata-se simplesmente da objetivação de um vazio, a impossibilidade da completude do social. Conseqüentemente, o significante que desempenha o papel de objetivar a cadeia deve tornar-se não apenas contingente, mas também vazio. Sua função é conferir unidade ou coerência apesar da radical heterogeneidade do espaço social. Ele oferece homogeneidade à pluralidade das demandas.

O papel semântico de um significante vazio é justamente funcionar como nomes de uma plenitude que é constitutivamente ausente. “Existe um lugar, no sistema de significação, que é constitutivamente irrepresentável. Neste sentido ele permanece vazio, mas este é um vazio que pode ser significado, pois estamos lidando com um vazio *no interior* da significação”. (LACLAU, 2013: 166) Laclau compara um significante vazio ao “zero de Pascal” onde o “zero” é ausência do número, mas também é “um” número.

O vazio, no que diz respeito a este lugar, não significa simplesmente *vacuidade*; ao contrário, o vazio existe porque aquela vacuidade aponta para a ausente completude da comunidade. Vazio e completude são, na realidade, sinônimos. No entanto, essa completude/ vacuidade somente pode existir encarnada numa força hegemônica. Isto significa que o vazio circula entre o lugar e seus ocupantes. Eles se comunicam um com o outro. (LACLAU, 2013: 247)

Tomemos um segundo exemplo, apenas hipotético, que pode ajudar a clarificar a relação hegemonia-antagonismo-nomeação na teoria de Laclau. Pensemos no discurso feminista, na forma como ele surgiu e como ele se tornou hegemônico. Um dia, numa dada comunidade hipotética, o discurso “feminista” não passava de um interesse par-

3 Ernesto Laclau fundamenta o efeito de nomeação da cadeia na teoria do objeto *petit a* de Jacques Lacan.

ticular de uma minoria de mulheres, jovens solteiras, por exemplo, em busca de postos de trabalhos. Inicialmente, as ideias do movimento pareciam tão absurdas que outras mulheres desta comunidade, casadas e donas de casa, foram contrárias por pensarem se tratar de uma ameaça à família. Contudo, em algum momento, precário e contingente, adicionou-se ao movimento à ideia de lutar também pelo fim da violência doméstica, pelo aumento da escolaridade das mulheres e pelo direito de herança. A partir deste momento, pessoas que não tinham qualquer identificação com a luta por postos de trabalho para as mulheres, mas que sofriam com a negação de uma dessas novas demandas, começaram a simpatizar com o movimento e aumentá-lo, até o ponto em este ganhou tantas adesões que o fez tornar-se hegemônico e naturalizar-se no imaginário ocidental, de modo que os direitos adquiridos pela luta feminista hoje parecem existir desde sempre para estas pessoas.

Obviamente esta construção do movimento feminista foi bastante grosseira e simplificador e não passa de um exercício teórico que de modo algum representa a complexidade das lutas femininas, que não se desenvolvem de modo linear. Porém, nossa intenção não é falar a especificidade do movimento feminista, mas apenas mostrar que a partir deste exemplo é possível fazer algumas importantes observações: i) o discurso feminista era inicialmente um discurso particular, assim como o da violência doméstica, o da escolarização e o do direito de herança. Entretanto, sem deixar de ser um discurso particular, ele articulou-se aos demais para ser significado como um problema social de ordem pública assumindo, dessa forma, a tarefa performativa de representar um universal compartilhado, enquanto que os demais discursos viraram pautas sob a bandeira feminista, sem deixarem de serem discursos particulares (a associação contra a violência doméstica, por exemplo, continuou funcionando normalmente com esta finalidade, além de ser apoiadora do movimento); ii) o discurso feminista constituiu um inimigo comum contra o qual todas as demais bandeiras teriam interesse em lutar: o machismo; iii) a articulação foi condensada em um nome, o feminismo, que representa a totalidade da cadeia que é algo diferente da soma das particularidades de cada demanda.; iv) toda essa série de eventos não foi previamente definida ou prevista, ao contrário, aconteceu de forma contingente.

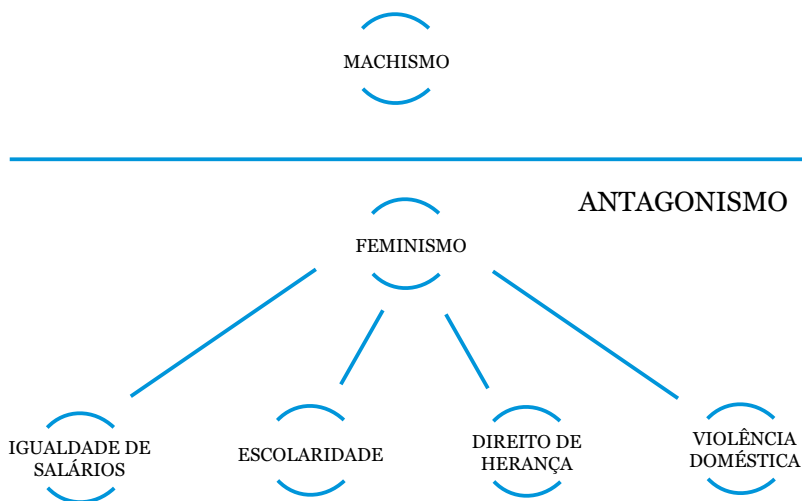


Figura 1 – Construção do discurso feminista de acordo com a lógica da hegemonia de Ernesto Laclau

A imagem acima ilustra a operação de articulação discursiva que descrevemos sobre o movimento feminista. Na teoria laclauiana os discursos dispersos antes da articulação são chamados de *elementos*. Quando estes elementos, antes dispersos no campo da discursividade, entram em articulação, eles passam a compartilhar entre si algum traço em comum, passando a serem *momentos* da articulação, embora continuem a preservar seus conteúdos particulares. É por isso que na figura acima podemos observar que os círculos que representam os discursos não estão fechados e completos, mas ao contrário, divididos ao meio. Isso mostra como que eles são em parte elementos (discursos particulares) e parte momentos de equivalência (parte do discurso hegemônico). A relação entre momentos não é apenas complementaridade, mas também tensão. “Enquanto as demandas individuais são reforçadas por meio de sua inscrição de equivalência, a cadeia como um todo desenvolve uma lógica própria, que pode levar a um sacrifício ou a uma traição dos objetivos dos elos individuais”. (LACLAU, 2013: 208) A totalidade resultante da articulação é o discurso hegemônico.

No contexto desta discussão, chamaremos de *articulação* qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória. À totalidade estruturada resultante desta prática articulatória, chamaremos *discurso*. Às posições diferenciais, na medida em que apareçam articuladas no interior de um discurso, chamaremos *momentos*. Por contraste, chamaremos de *elemento* toda diferença não discursivamente articulada. (LACLAU & MOUFFE, 2015: 178)

Este é, portanto, o modelo resumido da operação hegemônica de Laclau. A partir de uma situação de falta surge à articulação entre demandas, e uma entre elas toma a tarefa de representar as demais numa operação performativa hegemônica, motivadas por um discurso antagonônico. Contudo, como sabemos, nenhuma construção hegemônica será jamais capaz de fundar finalmente o social, e logo isso significa que a construção do discurso hegemônico, assim como da fronteira antagonônica é sempre falido e suas fronteiras são sempre móveis e podem variar de acordo com as conjunturas políticas. A contingência atinge tanto a construção da hegemonia quanto a construção do inimigo que a constitui.

A dimensão da falência das estruturas na teoria do discurso era também explicada pela categoria do antagonismo. Ela era responsável por marcar a experiência do limite do social. Entretanto, a partir da publicação de *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo* (1990), esse status é retirado e sua função é transferida à categoria do deslocamento. A mudança foi promovida a partir de críticas a que Laclau se mostrou sensível, com destaque para aquela proferida por Slavoj Žižek (1993) em seu “*além da análise do discurso*” que o levou a admitir à ambiguidade quanto ao antagonismo e desenvolver a categoria do deslocamento para substituí-lo quanto à função da limitação do social. (STAVRAKAKIS, 2003)

O deslocamento é a categoria laclauiana que apresenta a possibilidade de mudança social. Ora, se aceitarmos que os fundamentos sociais são contingentes e nunca alcançam a plena totalização, isso significa que as sedimentações parciais que alcançamos mudam, ou seja, a contingência abre espaço para o deslocamento, que é o momento da mudança das estruturas sociais. De acordo com Laclau, o deslocamento possui três dimensões: 1) Ele é a forma mesma de temporalidade; 2) Ele é a forma mesma de possibilidade; 3) Ele é a forma mesma da liberdade. Tomemos estas dimensões uma a uma.

A temporalidade, afirma Laclau, deve ser entendida como oposto exato do espaço. O espaço é a totalização resultante da repetição e sucessão de momentos, governada por uma lei estrutural que formam através da redução de sua variação um núcleo invariante,

uma estrutura social. Dito de outro modo, o efeito de estruturação do social nada mais é que a repetição dos eventos sociais através da regulação, sucessão e eliminação da variação causando a impressão de que as coisas sempre foram como são e escondendo sua própria historicidade, sua temporalidade. (LACLAU, 2000)

O deslocamento é o momento em que a espacialização é rompida e a “estrutura não consegue processar, semantizar algo novo, algo que, portanto, lhe foge à significação. (...) Uma estrutura deslocada é uma estrutura que experimenta um momento de crise, um momento em que a mesma é posta radicalmente em xeque”. (MENDONÇA, 2012: 159) A espacialização de um evento consiste, portanto, na eliminação de sua temporalidade e, de modo contrário, a temporalidade é justamente a interrupção do efeito da espacialização mostrando a contingência das estruturas sociais.

Na segunda dimensão o deslocamento é uma forma mesma de possibilidade. Como ele interrompe a estrutura social vigente, o espaço se abre para que uma nova ordem seja possível. Ao interromper o efeito de espacialização, o deslocamento gera no social uma espécie de crise de significação e as estruturas que costumavam dar o sentido de ordem já não conseguem mais organizar as relações sociais. É aquilo que Gramsci chama de crise orgânica. O único modo de resolver a crise é que outra forma de organização social ocupe o espaço do anterior, pois o deslocamento é a rigor apenas um momento e deve ser sempre seguido por uma rearticulação estrutural, ou seja, por uma nova ordem. Entretanto, a possibilidade deve ser entendida no sentido radical do termo, como uma autêntica possibilidade. Isto implica que deve haver outras, já que a ideia de uma possibilidade única contradiz a noção mesma de possibilidade.

A forma de pura temporalidade e a forma pura de possibilidade coincidem portanto. Do mesmo modo que, em última instância, o tempo vence sempre, finalmente, o espaço, podemos dizer também que o caráter de mera possibilidade de qualquer tipo de configuração se impõe, a passo largo, a toda necessidade estrutural. (LACLAU, 2000: 59)

A terceira dimensão do deslocamento refere-se à liberdade. Não se trata daquela liberdade da versão existencialista em que tudo é possível. Liberdade aqui é a ausência de determinação. Podemos escolher a nova ordem que irá significar o social, e é no momento de escolha entre uma estrutura e outra que reside à liberdade, pois a nova ordem será escolhida como uma entre outras opções. Entretanto isso não significa que “tudo passa a ser possível, ou que todo quadro simbólico desaparece”. (LACLAU, 2000: 59) Se tudo fosse possível teríamos caído novamente num relativismo ou em um “universo psicótico”. Para “deslocar uma estrutura deve haver estrutura em primeiro lugar.” (LACLAU, 2000: 59) Dessa forma, a nova estruturação que é indeterminada, dar-se numa situação determinada, ou seja, na qual há sempre uma estruturação relativa.

Essas três dimensões da relação de deslocamento temporalidade, possibilidade e liberdade se implicam mutuamente. É porque o evento é pura temporalidade, ou seja, porque é radical e exterior a estrutura que podemos falar em uma radical possibilidade e em um deslocamento estrutural. Da mesma forma que só podemos falar em liberdade porque o deslocamento por ser radical e exterior, não predetermina a direção da nova estrutura.

Encontramos aqui novamente o paradoxo que domina o conjunto da ação social: há liberdade porque a sociedade não logra constituir-se como ordem estrutural objetiva, entretanto, toda ação social tende a constituição desse objeto impossível e a eliminação, portanto, das condições da sua própria liberdade. (LACLAU, 2000: 60)

É preciso destacar que todas essas operações são sempre iminentemente políticas. “O campo dos desnivelamentos estruturais é, no sentido mais estrito do termo, o campo da política”. (LACLAU, 2000: 66) A política é o palco onde todas essas operações ocorrem, onde o social e as identidades se constroem e se desintegram, por isso que o tipo de política adotado por um Estado exerce grande influência sobre as condições de possibilidade da emergência de um discurso hegemônico.

Seguindo o que apresentamos até aqui podemos resumir a teoria de Laclau a partir de alguns elementos fundamentais. A estruturação parcial e contingente do social, que de acordo com os pressupostos pós-estruturalistas é sempre requerida, é atingida através das articulações hegemônicas, motivadas por antagonismos sociais. Já as mudanças estruturais e a contingência das estruturas hegemônicas são representadas pela noção do deslocamento, que marca também a possibilidade da liberdade dentro da teoria do discurso.

A teoria desenvolvida por Ernesto Laclau certamente não limita a este poucos conceitos, há vários outros que se liga a estes que seriam impossíveis de serem apresentados em tão pouco espaço. No entanto, é através desses conceitos fundamentais que se desenrola todo o trabalho de anos de carreira do autor, e por isso entendemos serem eles os mais importantes na introdução do pensamento do teórico.

2 - CONSIDERAÇÕES

Neste artigo apresentamos os elementos mais fundamentais da teoria do discurso de Ernesto Laclau. Sua abordagem teórica vem ganhando destaque no campo das discussões sobre os paradigmas das ciências sociais. Entretanto, a complexidade de seu pensamento, a vastidão de sua obra construída ao longo de cerca de 50 anos de carreira e a somente recente tradução de seus principais livros para a língua portuguesa são ainda obstáculos para sua divulgação no Brasil. Nosso trabalho intenta justamente contribuir para a compreensão adequada de sua teoria e sua divulgação.

Na primeira seção, falamos dos pressupostos em que se baseia a construção teórica do autor, o pós-estruturalismo e a análise do discurso. Ambas estão intimamente conectadas e são fundamentais para compreensão da ruptura com a escola marxista da qual ele fazia parte. Na segunda seção apresentamos o pós-marxismo que deve ser entendido como o trabalho de desconstrução e de reativação da teoria marxista a partir dos pressupostos pós-estruturalistas. Na última parte, mostramos de modo sucinto a teoria do discurso e seu funcionamento, através da apresentação das noções de hegemonia, antagonismo, significantes vazios e deslocamento que acreditamos serem as mais fundamentais na teoria de Laclau.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DERRIDA, Jacques. A escritura e a diferença. 3ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.
- DOSSE, François. História do Estruturalismo, v. 1: O campo do signo, 1945-1966. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. (8a ed.). São Paulo: Cortez, 2006.
- HOWARTH, David. (2000). Discourse. Buckingham: Open University Press.
- LACLAU, Ernesto. Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.
- _____. A Razão Populista. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- _____; MOUFFE, Chantal; LACLAU, Ernesto. Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical. Rio de Janeiro: Intermeios, 2015.
- MARCHART, Oliver. Post-Foundational Political Thought: Political Difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.
- MARX, Karl. In: Carta a Weidemeyer, 5/3/1846. MARX, K.; ENGELS, F. Obras escogidas de Marx y Engels. Madrid: Fundamentos, 1975. 2 v.
- MENDONÇA, Daniel de. Antagonismo como identificação política. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 9, p. 205-228, set./dez. 2012.
- MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008.
- NORVAL, Aletta. Deconstructing apartheid discourse. Verso, 1996.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- SMITH, Anna Marie. The Radical Democratic Imaginary. London: Routledge, 1988.
- STAVRAKAKIS, Yannis. “Laclau with Lacan: comments on the relation between discourse theory and Lacanian psychoanalysis”. In: ZIZEK, S. (ed.). Jacques Lacan: critical evaluations in cultural theory. Vol. III: Society, Politics, Ideology. London: Routledge, 2003.